

PARTE VII

Entrevistas em história oral

28. ENTREVISTAS

Em história oral, o projeto é a peça mais importante. Dele derivam procedimentos atentos aos desdobramentos da pesquisa. Definições operacionais, fundamentação teórica, critérios de escolhas, tudo depende das diretrizes estabelecidas *a priori*. Seja qual for o gênero de história oral, o ato da entrevista se reveste de significado especial. Mas não há como tratá-la fora dos quadros da excepcionalidade da vida. Mesmo pessoas públicas assumem a importância da fala gravada.

É bom que não se rebaixe o cerimonial da entrevista, ainda que ela não deva inibir as relações.

Outrora a condição de entrevista era aproximada do conceito de “depoimento”, pois tanto presidia a gravidade do que se dizia, sempre aproximado de supostos como “busca da verdade” ou “fala para a posteridade”. E não há como negar o caráter “policialesco” que condicionava as narrativas que eram colhidas com pessoas notáveis socialmente ou em situação de excepcionalidade. Hoje, alguns oralistas optam por não usar mais o termo “depoimento” e no lugar consagram a entrevista como maneira dialógica em que alguém grava ou registra narrativa de outra pessoa. A multiplicação de aparelhos de gravação e a disseminação da prática em situações variadas também afetaram o uso que se generalizou muito.

O ato da entrevista, em situação de rotina, envolve pelo menos duas pessoas. Mesmo podendo variar, o comum são entrevistas “pessoais” ou “individuais”. Nessa situação, fica mais fácil o estabelecimento de intimidades e do desejável clima de confiança. No caso de gravações com vídeos, porém, dá-se com frequência a interferência de mais pessoas, sejam iluminadores, câmeras, controladores de gravação. Mesmo entrevistas com gravadores simples, sem vídeo, em determinadas circunstâncias ocorre presença de mais pessoas. Há projetos em que, por admitir tradução, torna-se comum a presença de mais pessoas. Também há casos em que o entrevistado agrega pessoas, notadamente familiares, ao ato da gravação. Ainda que normalmente se prefira o recolhimento,

Há situações de gravação que não são previstas no projeto. Torna-se necessário bom-senso nas soluções e sempre propor negociação.

ou seja, a situação de diálogo, quando ocorre a presença de grupo, recomenda-se que haja constância dos participantes nas entrevistas. A alternância ou substituição da pessoa que entrevista, pode acarretar impessoalidade e afetar o projeto como um todo.

O caráter de inversão da rotina, situação que marca a entrevista, demanda uma representação conhecida por performance. Sim, há um desempenho pessoal nessa situação e isso contribui para que a entrevista não seja apenas considerada no que foi gravado em palavras. Silêncios, lágrimas, interjeições são partes constitutivas das entrevistas. Gestos não captados por gravadores de vozes, por exemplo, merecem ser integrados ao ato e isso se dá em situação de transcrição. O desempenho tanto do entrevistado como do entrevistador deve ser notado e, nesses casos, muito ajuda o caderno de campo - espaço para registro de impressões do entrevistador. Em termos de performance, há duas situações a serem consideradas. De um lado, o entrevistador não deve se portar como um detetive à procura de segredos. Não se trata de reportagem, não se está em busca do que no jornalismo costumeiramente se chama de "furo"; e a disposição do interlocutor deve ser respeitada. Por outro lado, é errado supor que o entrevistado, simplesmente pelo ato de ser convidado a apresentar sua narrativa ou ponto de vista, é um ser passivo, amorfo. O ambiente amável, sobretudo profissional, deve prevalecer.

De saída cabe lembrar que as entrevistas podem ser:

1. únicas x múltiplas;
2. abertas x fechadas;
3. contínuas x intercaladas;
4. diretas x indiretas.

No primeiro caso, há vantagens na consideração de *entrevistas únicas* em que a síntese se torna virtude fundamental. Nesses casos, a espontaneidade é atestado de revelações menos pensadas ou premeditadas. Há grupos que detratam a entrevista única, alegando que a surpresa muitas vezes trai a pessoa que narra, que, sem muito pensar, diz algo que em outra circunstância não diria.

No caso de *entrevistas múltiplas*, o vigor se deve à louvação da vontade do entrevistado que pode retomar aspectos ou organizar mais as

narrativas e até mesmo corrigir o que foi dito. Cabe ainda a consideração sobre *entrevista longa* ou *curta*. Desdobramentos dessas situações são também expressos no dilema de entrevistas *espontâneas* ou *preparadas*. Essa discussão apresenta-se como fundamental, pois, quando armadas, as entrevistas permitem arranjos prévios que acabam por dar mais consistência condutiva ao narrador, que, com antecedência, pode organizar exposições. Cada projeto orienta a decisão entre a realização de entrevistas longas ou de curtas intercaladas, e importa dizer que tais alternativas permitem rearranjos que afetam resultados das entrevistas e direcionam diferentes análises. As vicissitudes de alguns projetos levam à necessidade da continuidade de certas entrevistas, que muitas vezes decorrem de fatos posteriores ao encontro. Falta de detalhes, necessidade de complementação ou até mesmo falha na aparelhagem têm sugerido retomadas que se dão também por correspondência ou telefonemas.

Entrevistas únicas valem pela espontaneidade, e as múltiplas são aconselháveis em casos de possibilidades e de busca da serenidade narrativa.

As entrevistas podem igualmente ser *abertas* ou *fechadas*, o que é definido de acordo com o tipo. Se for um projeto de *história oral de vida*, o modelo condutivo, sem dúvida, é o de entrevistas abertas. A virtude maior desse tipo de entrevista é possibilitar escolhas na constituição do perfil desejado pelo colaborador. Então, blocos de perguntas devem compor os estímulos dialógicos. No caso de entrevistas de *história oral temática*, dado o caráter mais objetivo, as entrevistas podem ser fechadas, até mesmo contemplando roteiros ou questionários, desde que respeitem o fluxo narrativo e não reduzam ou interrompam a fala do colaborador. Dado seu caráter recortado em função de um tema, assunto ou evento, cabe objetividade que responda às demandas motivadoras do encontro.

Trabalhos atentos ao funcionamento da memória demandam sempre "entrevistas abertas", pois estas permitem a organização da memória do entrevistado.

Os roteiros de entrevistas temáticas, por sua vez, podem ser *indutivos* ou *dedutivos*. No primeiro caso, as perguntas devem sugerir algum progresso nos argumentos. Dizendo de outra forma, inicia-se a entrevista com questões menores, sem a contundência final. Na situação dedutiva, desde

logo as perguntas capitais devem orientar a entrevista. É conveniente lembrar que o local e o tempo disponíveis influem nas escolhas, que, contudo, devem ser previstas desde o projeto.

E, se falando de tempo, outro ponto a ser contemplado é o da *continuidade ou intermitência* das entrevistas. No caso de entrevistas múltiplas, a questão da continuidade se coloca de maneira grave. Há vantagens na continuidade imediata,

Entrevistas interrompidas devem sempre prever datas para continuidade.

com intervalos pequenos, mas também há quem advogue virtudes no espaçamento. Tudo depende de ajustes, ainda que seja recomendável proximidade temporal, pois isso evita novos acontecimentos ou interferências, que inviabilizam a elaboração de resultados e produtos relacionados ao término da pesquisa.

A questão de *entrevistas diretas* ou *indiretas* também se coloca com riscos de danos. Logicamente, o ideal é que todas as entrevistas sejam feitas diretamente, olho no olho. Acontece, porém, de muitos casos se desdobrarem e se fazerem necessários os complementos. Nessa circunstância, muitas vezes em razão de deslocamentos difíceis, é possível que a continuidade seja feita a distância com complementos via telefone, internet (via *voip* ou *e-mails*). De toda forma, recomenda-se que o primeiro encontro seja direto.

29. ETAPAS DE ENTREVISTAS

A entrevista possui etapas, a saber:

1. pré-entrevista;
2. entrevista;
3. pós-entrevista.

Uma primeira advertência ao falar de entrevista, refere-se à necessidade de o colaborador ter ciência da gravação. Jamais se deve gravar qualquer conversa, debate, opinião sem a prévia anuência da outra parte.

A *pré-entrevista* corresponde à etapa de preparação do encontro em que se dará a gravação. É importante que haja, sempre que possível, um entendimento preparatório para que as pessoas a serem entrevistadas

tenham conhecimento do projeto e do âmbito de sua participação. Quando for possível, recomenda-se que as indicações de como se chegou até este ou àquele nome sejam explicitadas. Muitas vezes, quando se trata de projeto que implique viagem, na impossibilidade de uma conversa prévia ou por telefone ou por carta, um intermediário pode fazer os primeiros contatos.

Destaca-se também que o colaborador deve ser informado de como será feito o registro, se em vídeo ou apenas em áudio, para que possa se preparar, caso queira. Ou mesmo declinar ao convite de participar caso não queira ser filmado, por exemplo. Evidentemente, cabem negociações no caso de alguma recusa, e o coordenador de um projeto pode, se achar viável e se isso não for contrário aos objetivos do projeto, abrir mão de um determinado modo de gravação e fazer o registro de forma a preservar a participação do colaborador.

Marcados o local, a data e o horário, o entrevistador deve estar com o gravador ou a filmadora, devidamente testados, para a sessão, e deve ser criado um clima profissional, aberto à confidência e ao respeito. Recomenda-se que, independentemente dos acertos anteriores, com o gravador ou filmadora ligados, seja retomado o tema do projeto e salientado o papel do colaborador. Antes de tudo, ainda sem a presença do colaborador, deve-se gravar o nome do projeto, a identidade do entrevistado, o local e a data do encontro. Há projetos que preveem dois gravadores a fim de evitar perdas e desencontros.

Sempre que possível, deve-se manter um equilíbrio regular de tempo equivalente para as várias entrevistas com diferentes pessoas de um mesmo projeto. É lógico que existem situações em que o entrevistado precisa de mais tempo, mas deve-se prestar atenção nas diferenças de tratamento dado aos participantes, para que não se caracterize favorecimento ou hierarquização. Sendo necessária outra sessão, recomenda-se que a data e o local sejam acertados durante a gravação e constando da fita.

Os cuidados com a pré-entrevista devem levar em conta a boa apresentação do projeto, pois é comum supor que esse ato seja apenas protocolar.

A prudência recomenda que sejam testados os aparelhos antes do início de qualquer entrevista.

Antes do início da gravação deve ficar registrado que a entrevista terá uma conferência e que nada será publicado sem autorização prévia do colaborador. A fim de evitar expectativas imediatistas, aconselha-se dizer que a transcrição é um processo demorado, que para cada hora gravada investe-se cerca de cinco outras para a transcrição e mais dez para os arranjos finais de edição. Isso, além de beneficiar o entendimento do colaborador, visa a distinguir o trabalho de oralistas de demais profissionais que não operam da mesma maneira.

No caso das temáticas, as entrevistas acabam sendo mais breves, posto que se objetiva algo específico. No caso da tradição oral, obrigatoriamente, o convívio demorado com o colaborador ou com a comunidade de entrevistados é importante. Deve-se salientar que não é o acúmulo de horas que caracteriza uma entrevista boa. Mais vale um clima sincero e fraterno que a repetição de perguntas ou a retomada exaustiva de temas que sempre voltam com conteúdo diferente.

A *pós-entrevista* é a etapa que segue a realização da entrevista ou das entrevistas. Cartas ou telefonemas de agradecimento devem ser enviados a fim de estabelecer a continuidade do processo. Cuidados devem ser mantidos para que as entrevistas não sejam devolvidas para os colaboradores em partes e com erros de datas, imprecisões de nomes citados e equívocos de digitação. Um ponto importante em qualquer projeto de história oral remete à combinação entre o ritmo da realização das entrevistas e as transcrições. É necessário evitar o acúmulo de gravações e distâncias prolongadas entre uma etapa e outra. Isso gera uma ansiedade no colaborador que por vezes passa a desacreditar no trabalho do pesquisador.

É comum ocorrer situações em que, depois de finda a gravação, o colaborador conta algo importante e que não consta da fita. Quando isso ocorrer, recomenda-se que seja chamada a atenção do colaborador e solicitada a autorização para incluir no texto, se for o caso. Eventualmente, se acontecer de uma entrevista durar muito mais do que se espera e se acabar a fita, ou a memória do registro digital, deve-se avisar o narrador e sugerir novo encontro. Na impossibilidade de se fazer outra sessão, como

O tempo de retorno sempre deve ser informado a fim de evitar tensão ou angústia no entrevistado.

último caso, pode-se lançar mão do caderno de campo. Uma boa entrevista sempre é resultado de uma conversa entabulada amistosamente e sempre há um pouco de demonstração no processo narrativo. Há situações de entrevistas que são delicadas. Em alguns casos, os entrevistados pedem para desligar o aparelho ou mesmo deixando algo gravado solicitam para que não seja divulgado. Nessa situação também cabe negociação, mas lembra-se que ao final sempre a vontade do colaborador deve ser respeitada. Às vezes ocorre de uma pessoa chegar e querer participar de uma entrevista; nesses casos, deve-se, sempre, avaliar as consequências. Caso haja comprometimento, torna-se necessário sugerir a privacidade. Em certos casos, os acompanhantes podem integrar o projeto e, assim, pode-se flexibilizar a proposta e agregar, separadamente, outras pessoas.

Está provado que uma conversa introdutória ajuda o desempenho dos colaboradores.

30. DO ORAL AO ESCRITO

Do registro feito em áudio ou em vídeo, muitos projetos contemplam a elaboração de um texto a partir das entrevistas. Evidentemente, o uso dos vídeos editados em forma de pequenos documentários vem crescendo, mas não se pode esquecer que o suporte do texto facilita sua divulgação, acesso e possibilidade de busca. Esse é sempre um tópico bastante conturbado e que ainda gera muita discussão entre oralistas, embora seja ponto pacífico as diferenças entre a língua escrita e a falada. Muitas, contudo, são as controvérsias a respeito da passagem da entrevista oral para o discurso escrito. No entanto, as implicações desse dilema são fundamentais para as pesquisas, que se baseiam nas versões escritas, documentadas, das narrativas orais.

Apesar de ser evidente para quem trabalha com história oral, é conveniente explicar para os colaboradores que as diferenças entre o oral e o escrito surgirão e as alterações devem ser negociadas na conferência.

Sabendo disso, importa o contexto da produção do documento, o modo como foi manuseado. Assim, explicita-se os procedimentos usados

para a “edição” do texto das entrevistas realizadas. Nesse momento, tem-se um processo parcelado, apenas por uma questão explicativa, em três fases, denominadas *transcrição*, *textualização* e *transcrição*.

O primeiro passo é a transcrição, trabalho longo e exaustivo. Muitos tratam como uma fase de natureza técnica, despertando menor interesse, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Prova disso é que em muitos trabalhos a transcrição é relegada, inteiramente, a terceiros, não especializados, sem que se faça ao menos uma conferência posteriormente. Ao contrário disso, a transcrição é uma das fases de grande importância à construção e à análise da documentação escrita.

Para cada hora de gravação, cerca de outras cinco são usadas para a primeira fase (de transcrição).

É fundamental entender que a transcrição é outro momento de interação das subjetividades dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Mas ao contrário da questão da entrevista, sempre muito pensada nos trabalhos em história oral, a discussão sobre a transcrição acaba ficando de lado.

Comumente, transcrição é o nome dado ao ato de converter o conteúdo gravado na fita em um texto escrito. Nisso está contida a ideia de estabelecer uma cópia escrita perfeita e fiel da gravação – *ipsis litteris*. Uma passagem completa dos diálogos e sons como eles foram captados, incluindo referências aos ruídos ou barulhos independentes da entrevista (campainhas, telefones, risos, latidos de cachorros) e mantendo os erros de linguagem.

De regra, pessoas que criticam a consideração do texto convencional escrito, dos documentos grafados, acabam por exigir uma transcrição absoluta como se fosse possível registrar os acontecimentos como eles realmente ocorreram. A mesma posição positivista frente aos documentos convencionais, muitas vezes, é cobrada quando se trata de documentos feitos pelos oralistas, que, segundo uma visão conservadora e retrógrada, deve ser passada “palavra por palavra”.

Simplesmente não existe possibilidade de o escrito dimensionar exatamente o que foi o falado.

No entanto, essa verdade vista de modo ingênuo pode incorrer no erro da distorção. Isto é, na tentativa de deixar intacto, acabar mudando o sentido da entrevista ao tirá-la do contexto em que foi produzida.

Exemplo claro são as ironias, entonações e palavras de duplo sentido. Isso ocorre, pois, somente naquele momento estavam presentes e visíveis informações que não podem ser gravadas (mesmo considerando um registro em vídeo), como movimentos e posturas.

Nessa perspectiva, entende-se que a transcrição de palavra por palavra não necessariamente corresponde à realidade da narrativa. Porque uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo que se passou na situação do encontro.

A transcrição é considerada insuficiente e seu uso como documento final tem sido contestado por aqueles que prezam na história oral: o respeito ao conjunto das ideias passadas pelos colaboradores e o seu compromisso com o público. Visto com olhos no receptor, a transcrição destina-se, na moderna história oral, a dar visibilidade ao caso ou à história narrada. Portanto, o modo narrativo interessa sobremaneira. Não apenas as palavras valem por si; aliás, elas só têm valor pelas ideias, conceitos, emoções que contenham. De toda forma, o que deve vir a público é um texto trabalhado em que a interferência do autor seja clara, dirigida para a melhoria do texto. Isso implica dizer que o texto de história oral se compromete com a História pública e para isso supera alguns tabus que cercavam as maneiras de ver a entrevista e a sua divulgação.

A valorização inocente da “cópia” do que foi falado, de modo “exato”, é precária para o entendimento das ideias ou sentido das narrativas.

Antes de avançar, cabe indicar algumas questões relevantes: quem transcreve deve ser o autor das entrevistas ou pode ser outra pessoa? Comumente recomenda-se que seja a mesma pessoa. Em muitos casos, porém, há a possibilidade de outros fazerem o trabalho. Existem inclusive profissionais que cuidam disso. É absolutamente importante, porém, que no caso de transcrição feita por terceiros, ela seja verificada cuidadosamente pelo entrevistador. A responsabilidade pela transcrição é sempre do diretor do projeto.

Uma segunda etapa desses procedimentos refere-se à textualização, na qual as perguntas foram retiradas e fundidas à narrativa. O texto

permanece em primeira pessoa e é reorganizado a partir de indicações cronológicas e/ou temáticas. O exercício é o de aproximar os temas que foram abordados e retomados em diferentes momentos. O objetivo, novamente, é facilitar a leitura do texto, possibilitando uma melhor compreensão do que o narrador expôs.

É nesta fase que se escolhe o *tom vital* de cada entrevista, frase que sirva de epígrafe para a leitura da entrevista. É sobre essa frase que se pretende organizar o critério de percepção do leitor. Assim, portanto, a frase escolhida funciona como um guia para a recepção do trabalho. A textualização é um estágio mais complexo na elaboração do documento em história oral, obedecendo a uma lógica exigida pelo texto escrito. Dessa forma, acredita-se que tais recursos possibilitem textos agradáveis, provocadores e envolventes ao leitor.

Erros de gramática, vícios de linguagem e outros devem ser mantidos em doses suportáveis e indicativas do controle da língua do entrevistado. Jamais se deve comprometer o teor das ideias em favor da "fidelidade" à norma culta da língua.

É lógico que o acervo fraseológico e a caracterização vocabular de quem contou a história devem permanecer indicados. Vícios de linguagem, erros de gramática, palavras repetidas devem ser corrigidas, mas sempre indicando ao leitor, que precisa estar preparado. Sugere-se que palavras ou expressões repetidas, como "né", "sabe", "então", "daí por diante" e "depois disso", sejam mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa ou o sotaque.

Entrevistas longas demais ou contendo os erros para se aquilatar o nível de integração linguística do colaborador têm mostrado a fragilidade desses argumentos. Entrevistas trabalhadas de maneira a sintetizar as ideias e feitas em soluções formais adequadas à boa recepção evidenciam a necessidade de interferência do autor no trabalho. Considerando que, muitas vezes, entrevistas feitas com índios, com estrangeiros ou com pessoas que não dominam o português formal serão lidas apenas por especialistas em línguas e jamais atingirão o público, é importante transformá-las. Logicamente, esse trabalho tem que ser conferido pelo narrador, que legitimará sua entrevista.

Durante o tratamento da textualização, escolhe-se um *tom vital* que corresponde à frase que serve de epígrafe para a leitura da entrevista. É sobre essa frase que se pretende organizar o critério de percepção do leitor. Assim, portanto, a frase escolhida funciona como um farol a guiar a recepção do trabalho. Recomenda-se que as palavras-chave sejam grifadas em versões prévias, e, por fim, juntamente com a reorganização cronológica da entrevista, seja dada uma lógica ao texto em que as ideias sejam privilegiadas em detrimento da transcrição de um discurso que, sendo explicitado de outra forma, apenas interessaria ao pequeno círculo de iniciados.

A escolha do “tom vital” é operação delicada e fundamental para a indicação do teor da entrevista.

Por fim, a última etapa é a transcrição. Evocando pressupostos da tradução, a transcrição é a elaboração de um texto recriado em sua plenitude. Com isso, afirma-se que há interferência do autor no texto; ele é refeito várias vezes e deve obedecer a acertos combinados com o colaborador.

Este é momento em que os elementos extratexto são incorporados. A intenção é recriar a atmosfera, o contexto em que foi feita cada entrevista. As anotações de meu caderno de campo e aspectos da vivência junto à comunidade.

Esse procedimento de trabalho com as entrevistas orais se aproxima de uma recriação do universo visual e sonoro para o mundo da escrita, fundamentando-se nos estudos da literatura e da linguística, em que foram definidos os conceitos de *transcrição*, dados por autores como Haroldo de Campos e Barthes.

Dessa forma, assume-se que a organização final do documento é tarefa do pesquisador. Mas que não é feita de modo aleatório ou inconsequente. Trata-se da transformação final do oral em escrita, recriando-se a performance da entrevista, procurando trazer ao leitor as sensações provocadas pelo contato. Assume-se, assim, uma postura em que é mais importante o compromisso com as ideias e não apenas com as palavras. Por isso mesmo se torna tão importante o aval do entrevistado, que deve saber qual ordem vai ser dada em sua narrativa. Portanto, como procedimento final, tem-se a conferência do documento criado, que será discutida a seguir.

Como a entrevista é mais do que o conteúdo da gravação, o leitor deve ter parâmetros de entendimento.

31. VALIDAÇÃO

Um dos mais complexos e importantes recursos oferecidos pela história oral é a *validação*. Essa é uma etapa de finalização de todo o processo de interação com o colaborador. Nela confere-se o texto produzido por meio do diálogo, desde o primeiro contato, verifica-se e corrige-se possíveis erros e enganos, legitima-se esse trabalho de interação de forma não hierarquizada e valida-se a possibilidade de produção de conhecimento a partir do documento gerado.

Pode-se mesmo dizer que o respeito absoluto a tudo que foi dito e depois autorizado pelo colaborador é fator primordial para o estabelecimento de um texto que reflita a vontade de quem se dispõe a contar. Embutido nesse comportamento respeitoso ao que o “outro” diz reside o pressuposto ético da *aceitação* do papel do oralista, que atua como *mediador* entre o que foi dito e o que se tornará registro definitivo. Supondo que *validar* equivale a *fazer valer* ou à *ação de tornar efetivo*, o que independe de qualquer parâmetro lógico, racional, coerente ou coeso, o que se tem é a relativização do conceito de verdade. Sabe-se que não existe mentira em história oral. Tudo interessa em um relato: a falsidade, a fantasia, o engano, o embuste, a distorção. Numa primeira etapa, fazendo o discurso valer por si, o que deve vigorar não é a busca de evidências e nem mesmo de comprovação dos fatos. Lugar expressivo da vontade de quem fala, a subjetividade determina o rumo dos fatos expostos em entrevistas e fixados em acordos acertados na conferência da entrevista. O diálogo ou a ação dialógica da conversa fica submetido ao pressuposto da vontade soberana do entrevistado.

Validar uma narrativa é ato de respeito e atitude de maturidade de oralistas. O texto produzido pelos encontros entre os entrevistadores e os entrevistados, obrigatoriamente, tem valor interno. O cruzamento com outros textos – oriundos ou não de entrevistas – é parte da análise dos resultados, fato que deve ser prevenido desde o projeto.

A validação, por sua vez, implica comportamento afinado do interlocutor. Não se deve, jamais, obstar fatos expostos pelo narrador. Caso, por exemplo, o entrevistado conte sobre suas experiências em contato com

espíritos ou com seres extraterrestres, e não sendo o interlocutor nem espiritualista e nem adepto de teorias que prezem a existência de vidas em outros planetas e seres afins, o que deve prevalecer é o respeito e a facilitação de detalhes. A fase empírica de aquisição de recursos para o estabelecimento do texto final da entrevista deve ser respeitada em sua essência.

Apoia-se a relevância da validação em virtude do significado da história oral. Não fosse pela busca de outros ângulos de problemas que são, de regra, marcados pela objetividade, busca da verdade e comprovação, a entrevista seria mais uma maneira de adquirir informações, captação de dados ou certificação de fatos “reais”. A “realidade” dos fatos advindos de entrevistas liga-se às impressões. E história oral é o espaço dessas impressões filtradas pelos pareceres do entrevistador e do entrevistado no contexto de produção daquele conhecimento.

RESUMO

1. Jamais gravar entrevistas sem autorização do colaborador e nem fazer uso que não seja igualmente permitido, autorizado por escrito. Isso implica estabelecimentos de protocolos formais, cartas de cessão, ou seja, autorização estabelecida textualmente para uso definido.
2. Assume-se que a entrevista deve ser transcrita e que o ideal é a manutenção do sentido intencional dado pelo narrador que articula seu raciocínio com as palavras.
3. Na transposição do que foi dito para um texto, não são as palavras que interessam e sim o que elas contêm.
4. Privilegia-se o entendimento por um público mais amplo da mensagem do narrador na leitura de um texto.
5. As operações de transformação do texto são três: transcrição, textualização e transcrição.
6. Transcrição é o processo de passagem equiparada das narrativas orais para a escrita como se um código equivalesse ao outro.
7. Textualização consiste em encontrar o “tom vital”, isto é, a frase que orienta a releitura do texto no caso de história oral de vida. Nessa fase também se excluem as palavras sem peso semântico (“já”, “né”, “então”) e também subtraem-se as perguntas em favor da fluidez nas ideias propostas pelo entrevistado.
8. A terceira fase corresponde à transcrição, estabelecimento final do texto.

PARA PENSAR

“A ‘tradução’ do oral para o escrito, assim como uma tradução de idiomas diferentes, não se opera com uma simples transcrição, especialmente quando se trata de um texto subjetivo como a poesia e - no caso da história oral - a narrativa do colaborador. Até que se verbalizasse tal procedimento em uma teoria, dois autores se valeram de um exercício comum. O termo ‘blanco’, em espanhol, não se traduziria do espanhol para o português, simplesmente, por ‘branco’. Essa mera transposição de idiomas gerou um texto conjunto de dois importantes poetas: Otávio Paz e Haroldo de Campos ‘transblanco’ que marcou definitivamente o debate sobre o tema. Em outra etapa, já pensando a história oral, pessoas do Núcleo de Estudos em História Oral da USP se valeram do mesmo processo e o aplicaram às entrevistas de história oral. Com um chão firmado no uso da transcrição em história oral, Alberto Lins Caldas sugeriu a radicalização de tal conceito, percebendo todo o processo de elaboração do projeto em história oral como uma solução transcriativa. Assim, desde a origem da transformação de algo que não seria natural - o plano de recolha e formulação de textos - até sua devolução pública seria parte da mesma prática transcriadora. Acrescente-se a isso o sentido poético que marca os trabalhos de história oral.”

Fabiola Holanda

“O texto final (depois de ter passado por várias entrevistas, várias transcrições, vários encontros de leitura e por todo o processo de formação textual) jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo interlocutor; no entanto, cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence (ele não disse, mas somente ele poderia ter dito); [...] o texto transcrito é, para o interlocutor, sua vida no papel, aquela vida escolhida por ele para ser o representante, para ele, do vivido.”

Alberto Lins Caldas

PARA ENTENDER

No projeto sobre os brasileiros em Nova York, em uma dada ocasião um colaborador declarou textualmente que “desde o momento em que o senhor entrou em contato comigo, dizendo que queria conversar sobre minha experiência como brasileiro em Nova York, comecei a me preparar. Honestamente, desde aquele instante achava que já estava dando uma entrevista, contudo, quando abri a porta do meu apartamento, quando o vi, e depois que nos apresentamos e o senhor ligou o gravador, finalmente, vi que nada do que havia armado em minha cabeça valeria”. Na verdade, a entrevista valeu mesmo pelo que foi dito na hora, olhando olho no olho, e o engraçado, porém, é que apesar disso, apesar da gravação, o que ficou, para mim, o que valeu mesmo foram os nossos encontros depois. O texto feito, a nossa conversa de depois e principalmente os acertos e emendas é o que pesa.

Outro exemplo: em uma dada situação, o entrevistado mudava a versão do fato com frequência e constantemente garantia que os outros colaboradores estavam mentindo. As sugestões de entrevistas eram cobradas por esse colaborador que pretendia de certa forma dirigir o projeto. Passadas as tentativas diplomáticas, foi necessário conversar diretamente com tal pessoa e adiar a continuidade das entrevistas para uma ocasião melhor quando sua interferência não fosse tão atuante.

Mais um caso: mesmo depois de dada a entrevista e de acompanhar a versão do oral para o escrito, um colaborador, ao saber dos desdobramentos do projeto e de certo comprometimento de algumas de suas opiniões, mesmo já tendo dado a autorização para a publicação, resolveu impedir o uso de seu depoimento. Foi gasto um tempo grande na negociação, que, porém, não chegou a um bom termo. O resultado foi o não uso dessa entrevista.